

FUNDAÇÃO



AEP

**Relatório de Gestão e
Contas
2023**

ÍNDICE

A.	INTRODUÇÃO.....	4
B.	ENQUADRAMENTO	5
C.	AS ATIVIDADES.....	7
C.1.	REDE GLOBAL DA DIÁSPORA	7
C.2	EMPREENDER 45-60 – ESTRATÉGIA NACIONAL DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SÉNIOR	12
C.3	FÓRUM DE PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO	13
C.4	THINK TANK - PORTUGAL POR INTEIRO / TERRITÓRIOS DE FUTURO.....	15
C.5	CONVERSAS PORTUGAL EMPRESARIAL – CONVERSAS NA FUNDAÇÃO	16
C.6	AEP GOLF BUSINESS CUP.....	16
D.	INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL	19
E.	RESULTADOS	20
F.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
G.	AGRADECIMENTOS	20
H.	CONTAS.....	22
I.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	26
1	NOTA INTRODUTÓRIA	26
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	27
4	FLUXOS DE CAIXA	34
5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	34
6	PARTES RELACIONADAS	35
7	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	37
8	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	38

A. INTRODUÇÃO

O ano de 2023 é marcado pela continuação de uma guerra na Europa, iniciada com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia.

Acompanhando o quotidiano coletivo desde o início até ao final do ano, o cenário de guerra na Ucrânia e as consequências que do mesmo foram geradas na economia mundial, aparecem agravadas a partir de outubro com a guerra instalada no Médio-Oriente, decorrente dos acontecimentos do dia 07 desse mês.

Os impactos da guerra evidenciam-se na alteração das cadeias de valor e uma pressão inflacionista que perturba o ciclo económico, para além dos inevitáveis prejuízos na confiança que dificulta o investimento.

Com esta conjuntura adversa, a perturbação política causada pela demissão do primeiro-ministro e subsequente dissolução da Assembleia da República, instalam em Portugal, de novo, um clima de instabilidade política que gera desconfiança e perturbação nas decisões de gestão das empresas e na confiança dos consumidores.

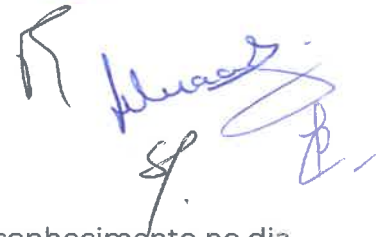
Os princípios fundadores da nossa instituição mantêm plena atualidade. Atendendo à sua missão, a Fundação AEP pautou a sua atividade em prol do apoio à comunidade, às empresas e aos empresários. E continuará a fazê-lo através de uma resposta ajustada aos crescentes e exigentes desafios da sociedade contemporânea, alguns dos quais se acentuaram mais recentemente, como é o caso da digitalização e sustentabilidade.

Pese embora as evidenciadas dificuldades, a Fundação alcançou resultados positivos. Tal deveu-se em grande parte a uma política ativa de captação de patrocínios para a atividade voluntarista da Fundação que vem merecendo bom acolhimento pelos nossos stakeholders.

Com as dificuldades superadas num ano assaz difícil, vemos sinais de esperança no futuro próximo, alicerçada que está a Fundação nos múltiplos projetos e iniciativas em que está envolvida.

Handwritten signature and initials in blue ink.

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	39
10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	39
11 FUNDO PATRIMONIAL	42
12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	43
13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	43
14 DIFERIMENTOS	44
15 RÉDITO	44
16 SUBSÍDIOS.....	45
17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	45
18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	45
19 GASTOS COM PESSOAL.....	46
20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	46
21 CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS.....	47
22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO.....	47



B. ENQUADRAMENTO

Missão

Criada a 19 de Novembro de 2009, a Fundação AEP recebeu o seu Reconhecimento no dia 29 de Julho, através de Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, com publicação em Diário da República em 13 de Agosto [Despacho n.º 13077/1020] e foi declarada de 1) utilidade pública pelo Despacho n.º 245/2011, de 17 de Dezembro de 2010, publicado no Diário da República – 2ª série, n.º 4, de 06 de Janeiro de 2011, 2) Confirmada pelo Despacho n.º 1532/2013, de 7 de Janeiro de 2013, publicado no Diário da República – 2ª série, n.º 18, de 25 de Janeiro de 2013 e 3) Renovada pelo Despacho n.º 6420-A/2018, de 27 de junho de 2018, publicado no Diário da República – 2ª série, n.º 124, de 29 de junho de 2018.

A Fundação AEP tem como missão realizar, apoiar e patrocinar ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial, assim como a difusão de conhecimentos na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.

A Fundação AEP pretende constituir uma resposta do setor empresarial às necessidades de criação de emprego, de inovação, de crescimento e de desenvolvimento económico, no quadro das suas valências e das suas iniciativas, atuando como processo de perceção e aproveitamento eficaz de oportunidades de criação de valor social e económico.

Para a Fundação AEP a criação de valor é um processo ativo, que implica aprendizagem permanente. É neste sentido que pretendemos implementar uma abordagem própria, promovendo a colaboração entre pessoas e entidades, segundo uma visão integradora e interdisciplinar.

Os princípios fundadores da instituição mantêm plena atualidade.

FUNDAÇÃO



AEP

ATIVIDADES

C. AS ATIVIDADES

Para a prossecução dos seus fins é essencial a identificação pública da Fundação AEP com os seus objetivos, organizando eventos e atividades empresariais, tais como, jornadas, encontros, almoços debate, mesas de negócio e apoiando seminários e conferências na área da formação empresarial e do fomento do empreendedorismo.

Nesse sentido, a Fundação levou a cabo as seguintes atividades no decurso do ano de 2023.

C.1. REDE GLOBAL DA DIÁSPORA

C.1.1 Enquadramento

A **Rede Global da Diáspora** é o projeto da Fundação AEP que tem como objeto o reforço da constituição de uma Rede Global da Diáspora, através da criação de uma Plataforma Social de Networking.

Esta ambiciona aproximar as PME aos cidadãos portugueses espalhados um pouco por todo o mundo e promover deste modo as exportações nacionais.

A conceção de uma estratégia coletiva de coadjuvação e de networking em larga escala deverá continuar a ser capaz de agilizar a abordagem das PME aos países e aumentar significativamente o acesso das mesmas aos mercados internacionais.

C.1.2 Objetivos

A Rede Global da Diáspora visa alcançar os seguintes objetivos:

- a) Criar mecanismos que promovam um ambiente de partilha de oportunidades e de geração de negócios entre membros, através do desenvolvimento de novas funcionalidades na plataforma;
- b) Desenvolver funcionalidades na plataforma com valor para as empresas;
- c) Oferecer informação empresarial relevante que possa ser útil às PME nos seus processos de exportação e/ou internacionalização;
- d) Iniciar um processo de qualificação da oferta nacional nas várias geografias, fazendo o mapeamento das diferentes redes de distribuição;

- e) Reforçar a ligação como todas as redes colaborativas da diáspora que, de alguma forma, possam contribuir para o reforço da marca Portugal e das exportações;
- f) Utilizar a Rede Global como uma comunidade (digital) a partir da qual se aproximam pessoas e empresas, constroem pontes e fomentam relações, criando oportunidades de interação e partilha, como irá acontecer com a realização do primeiro ciclo de Encontros com Empresários da Diáspora, em seis geografias;
- g) Consolidar a Rede Global da Diáspora, criando condições que reforcem a sustentabilidade futura do projeto.

C.1.3. EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

C.1.3.1 ATIVAÇÃO INTERNACIONAL DA REDE GLOBAL

Esta atividade contemplou a dinamização da Rede Global, na continuidade dos trabalhos desenvolvidos no período anterior, em três países com forte representatividade da diáspora portuguesa: Luxemburgo, França, Andorra.

A. Luxemburgo

A missão ao Luxemburgo, decorreu de 16 a 17 de março, integrando uma das iniciativas previstas para **Ativação Internacional da Rede Global**, através da ação Encontro de Negócios da Diáspora

Esta missão foi organizada em articulação com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, com a Embaixada de Portugal no Luxemburgo, liderada pelo Embaixador Pedro Sousa e Abreu e com o Delegado da AICEP para os mercados Benelux, liderada pelo Delegado Rui Paulo Almas, enquadrada num quadro de missões dirigido à Diáspora Portuguesa, com o objetivo de aprofundar laços de cooperação com as comunidades de emigrantes, incluindo a classe empresarial, em particular para divulgação do PNAID.

A gestão local foi assegurada pelo Jornal Bom Dia.

A.1 Objetivos da Missão

Cumprindo os objetivos propostos nesta atividade do projeto, a missão ao Luxemburgo procura responder aos seguintes objetivos:

- Reforçar a perceção de Portugal como país seguro, estável, inovador, moderno, cosmopolita, acolhedor e com um ambiente propício aos negócios;
- Apresentar o território do Tâmega e Sousa enquanto espaço múltiplo de oportunidades para o fornecimento de produtos de qualidade e de território com excelentes condições para atração de investimentos;
- Estudar a possibilidade de realização de uma Mostra de Produtos Portugueses orientados para a diáspora do eixo central europeu;
- Reforçar o reconhecimento das empresas portuguesas nos mercados externos enquanto produtoras de bens e serviços de elevada qualidade e diferenciação;
- Atrair os empresários da Diáspora como potenciais investidores relevantes em Portugal.

B. França

Esta missão integra um quadro de missões dirigido à Diáspora Portuguesa, com o objetivo de aprofundar laços de cooperação com as comunidades de emigrantes, incluindo a classe empresarial, em particular para divulgação das ferramentas de apoio a negócio da Rede global da Diáspora.

Realizou-se de 07 a 9 de junho e a gestão local foi assegurada pelo **International Portugal Business Club**, em colaboração com o Jornal Bom Dia.

B.1 Objetivos da Missão

Cumprindo os objetivos propostos nesta atividade do projeto, esta procura responder aos seguintes objetivos:

- Reforçar a perceção de Portugal como país seguro, estável, inovador, moderno, cosmopolita, acolhedor e com um ambiente propício aos negócios;
- Reforçar o reconhecimento das empresas portuguesas nos mercados externos enquanto produtoras de bens e serviços de elevada qualidade e diferenciação;
- Atrair os empresários da Diáspora como potenciais investidores relevantes em Portugal.



C. Andorra

A missão teve lugar nos dias 05 a 06 de junho, com um conjunto de iniciativas dirigidas a empresários da diáspora portuguesa neste país.

O Cônsul Honorário de Portugal em Andorra, José Manuel da Silva foi o anfitrião e guia nas atividades essenciais da missão.

C.1.3.2 Missões Internacionais de promoção e captação de investimento junto da Diáspora Portuguesa

A. Brasil

Os **territórios** portugueses têm desenvolvido uma estratégia consistente de internacionalização e de investimento no mercado global.

Deste esforço, alguns alcançaram já bons resultados no crescimento económico, na criação de emprego qualificado, no maior valor acrescentado nacional e ainda maior coesão territorial.

Neste caminho, a Rede Global da Diáspora pretendeu dar mais contributos ao processo alimentando-o com a dimensão estratégica da **diáspora portuguesa** e a as vantagens que a mesma representa para a aceleração da internacionalização e a promoção e valorização dos produtos endógenos e do turismo para os territórios.

Nesse sentido, acompanhamos no Brasil uma delegação institucional da região do **Douro, Tâmega e Sousa**, resultando da implementação do protocolo de cooperação e promoção assinado entre a CIM Tâmega e Sousa e a Rede Global em 2020 e teve como objetivo principal apresentar todas as oportunidades de negócio e potencialidades dos recursos endógenos e a promoção do potencial turístico da região, nomeadamente para empresários da diáspora

Esta missão foi organizada em articulação com a Embaixada de Portugal no Brasil, liderada pelo Embaixador Luís Faro Ramos, com os diversos Consulados espalhados pelos diferentes Estados Federais, com o Delegado da AICEP, liderada pelo Delegado Francisco Saião Costa e com as Câmaras de Comércio Portuguesas no Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro.

A missão teve lugar na semana de 01 a 8 de outubro, com um conjunto de iniciativas dirigidas a empresários da diáspora portuguesa, percorrendo as cidades de Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro

C.1.4 Participação nos Encontros PNAID23

Sob o lema “INVESTIMENTO DA DIÁSPORA, um investimento com marca”, os ENCONTROS PNAID têm como finalidade fornecer informação sobre áreas-chave das políticas públicas do país a empresários portugueses no estrangeiro interessados em investir em Portugal. Esta iniciativa visa, ainda, dar a conhecer aos participantes as oportunidades e medidas de apoio ao investimento em Portugal e à internacionalização através da diáspora.

Este evento aconteceu em Viana do Castelo nos dias 14 a 16 de dezembro e contou com a participação de cerca 750 pessoas que assistiram a diversos painéis temáticos em torno das oportunidades de negócio com a Diáspora.

A Rede Global esteve presente dinamizando a masterclasse “Conselheiros e Redes da Diáspora”.

C.2 EMPREENDER 45-60 – ESTRATÉGIA NACIONAL DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SÉNIOR

C.2.1 Enquadramento e Objetivos

O projeto Empreender 45-60, pretende potenciar as capacidades dos seniores através dos vários papéis que podem assumir na esfera empresarial, quer como empreendedores, freelancers ou mentores.

C.2.1.1 Objetivos

1. Identificar e analisar práticas internacionais ecossistemas de apoio ao empreendedorismo sénior;
2. Elaboração de documento síntese, contendo uma proposta para a filosofia base do ecossistema a implementar em Portugal, a identificação dos atores e respetivos contributos, o modelo de *governance* e orientações futuras;
3. Promover o debate em torno da temática, pela partilha dos resultados obtidos nas fases do projeto;
4. Desenvolver um conjunto de ações de capacitação dos principais agentes ligados ao empreendedorismo, promovendo o *networking* e a criação de redes de apoio que permitam minimizar os constrangimentos identificados
5. Implementar um projeto de apoio ao empreendedorismo sénior com base num modelo de mutualismo de geração de ideias e criação de negócios, associado ainda ao empreendedorismo intergeracional e resultados esperados/atingidos.

C.2.2 ATIVIDADES DO PROJETO

C.2.2.1 Atividade 1 - Ecossistema nacional de empreendedorismo sénior

C.2.2.2 Programa de visitas a ecossistemas

Foram estudados os vários ecossistemas de apoio ao empreendedorismo sénior internacionais e selecionou-se quatro, que após análise, concluiu-se serem dos mais desenvolvidos e mais facilmente replicáveis para a realidade portuguesa, a saber: Reino Unido, Espanha, Bélgica, França (e Luxemburgo).

No âmbito da fase de Follow-Up, iniciou-se a aplicação de estrutura de entrevista semiestruturada de suporte à visita exploratória ao ecossistema identificando os fatores

críticos de sucesso e as boas práticas implementadas passíveis de adotar no ecossistema nacional de empreendedorismo sénior.

Foram realizadas várias reuniões online com entidades públicas e privadas destes países e uma deslocação presencial a Madrid.

C.2.3 Documento estratégico e plano de ação

Elaborou-se o documento de Estratégia e Plano de Ação para desenvolver o ecossistema nacional ao empreendedorismo sénior.

Este documento foi desenvolvido tendo por base as políticas, recomendações e boas praticas da Comissão Europeia e da OCDE, com o intuito de compreender, não só a situação de Portugal, mas também dos restantes Estados-Membros. Assim sendo, foram elaborados inquéritos e entrevistas a dezenas de entidades do ecossistema (associações empresariais, empresas, instituições do sistema nacional de investigação e do ensino superior, entidades decisoras e executoras da política publica) nacionais e internacionais, bem como a empreendedores seniores para compreender o que já foi feito, o que ainda falta desenvolver e que boas práticas o país deve adotar, para conseguir incutir o empreendedorismo sénior na sociedade e dar resposta ao problema emergente.

C.2.4 Implementação regional do Plano de Ação

Decorrendo de negociações com o Município de Paços de Ferreira, foi adjudicada proposta para que a Fundação AEP instale localmente um Ecossistema de Apoio ao Empreendedorismo Sénior.

Os trabalhos tiveram início em setembro e ainda decorrem.

C.3 FÓRUM DE PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO

O Fórum Produtividade & Inovação foi criado pela Fundação AEP com o objetivo de promover uma reflexão alargada sobre o tema da produtividade, da inovação e das políticas e reformas necessárias para assegurar as condições de crescimento económico sustentado e sustentável.



No âmbito deste Fórum vão realizar-se 10 conferências com o objetivo de envolver a comunidade empresarial e a sociedade civil no desenho de propostas sobre o melhor modelo de desenvolvimento do nosso país.

A base de discussão é o estudo «Uma Política Económica Integrada para a Produtividade, a Inovação e o Crescimento» realizado por Carlos Tavares e Sara Oliveira Monteiro.

Este ano é marcado pela adesão da SEDES ao modelo de trabalho pelo que passa a co-organizar com a Fundação AEP as conferências.

No ano de 2023 realizaram-se as seguintes conferências:

1. Conferência Inaugural – 27 de Fevereiro 2023, Auditório da AEP, Leça da Palmeira e ISEG, 16 de maio de 2023 (edição de Lisboa).

Tema: Política e Reformas para um crescimento convergente e sustentado

2. Conferência - 28 de junho de 2023, Convento de S. Francisco, Coimbra

Tema: Inovação, Difusão Tecnológica, Produtividade e Crescimento,

3. Conferência - 10 de Outubro, Auditório AEP - Leça da Palmeira

Tema: "Custos de Contexto" para as empresas.

C.3.1 Apresentação do livro “Um Caminho para Portugal”

Em dezembro, foi apresentado o livro “Um Caminho para Portugal”, de Carlos Tavares e Sara Monteiro, no Círculo Cultural Eça de Queiroz, em Lisboa.

Com ampla e qualificada participação, o evento evidenciou o papel que a Fundação AEP poderá desempenhar junto dos decisores, insistindo numa alteração imprescindível das políticas públicas, que têm conduzido a um crescimento e desenvolvimento da economia portuguesa abaixo do esperado, face ao elevado potencial que apresenta.

C.4 THINK TANK - PORTUGAL POR INTEIRO / TERRITÓRIOS DE FUTURO

O Think Tank **PORTUGAL POR INTEIRO/Territórios de Futuro** é um laboratório de ideias criado pela Fundação AEP, com a missão de promover uma reflexão prospetiva e estratégica sobre o futuro do País a partir dos seus territórios, fora da bolha centralista e tecnocrática e fora da caixa das ideias feitas e das soluções pronto-a-vestir.

Mobilizando o saber e a experiência de empresários, académicos, profissionais liberais, dirigentes associativos e inúmeras personalidades da sociedade civil, esta reflexão está focada nos problemas estruturais do país, com particular incidência na coesão, na competitividade e na sustentabilidade territorial, à luz dos desafios e oportunidades geradas pelas mutações/transições «societais» e tecnológicas em curso: demográfica, climática, digital e energética. Os seus trabalhos, consagrados à elaboração de cenários prospetivos e de propostas temáticas para enriquecer a dimensão territorial das políticas públicas, são disseminados através da realização de estudos e relatórios e da organização de conferências e debates.

C.4.1 Atividades:

Em 2023 foram realizadas as seguintes Conferências em parceria com a Fundação de Serralves:

- **"Democracia e Território - o Processo de Descentralização Regional"**
Fundação de Serralves, 16 de fevereiro de 2023, com o Prof. Luís Braga da Cruz.
- **"Os territórios e a Reindustrialização: como atrair investimentos, criar valor e reter talentos?"**, Auditório da Continental Antenna, 19 de setembro de 2023, com o Engº Miguel Pinto.

C.5 CONVERSAS PORTUGAL EMPRESARIAL – CONVERSAS NA FUNDAÇÃO

As Conversas na Fundação resultaram no ano 2023 em eventos com forte impacto mediático resultante, quer das temáticas abordadas, quer da qualidade e notoriedade dos oradores convidados.

Sob coordenação do Prof. Dr. Alberto de Castro e com o apoio do Gabinete de Estudos e Estratégia da AEP foram realizadas as seguintes Conversas:

A. **António Costa Silva**, Ministro da Economia e do Mar, 16 de outubro.

Tema: A competitividade das empresas portuguesas.

Comentários:

Fernando Freire de Sousa e Ricardo Arroja

B. **António Lobo Xavier**, 08 de novembro

Tema: Tributação do rendimento em Portugal: contos, lendas e narrativas.

Comentários: Luís Magalhães e Cristina Pinto.

Os resultados tidos em vista foram alcançados, passando por conferir maior notoriedade e reconhecimento à Fundação AEP na dinamização de iniciativas impulsionadoras da aquisição e partilha de conhecimento.

Destas Conversas será feita uma publicação para divulgação pública do conhecimento produzido.

C.6 AEP GOLF BUSINESS CUP

A Fundação AEP, em conjunto com a AEP - Associação Empresarial de Portugal tem vindo a dinamizar um conjunto de atividades que procuram incentivar a interação entre a comunidade empresarial nacional, quer através de iniciativas resultantes de temáticas dirigidas às empresas, quer de ações organizadas fora do contexto tradicionalmente associadas aos negócios.



No quadro desta intervenção, organizamos o circuito AEP GOLF BUSINESS CUP, com quatro provas que percorreram o país e uma prova extra em Espanha.

A estrutura deste circuito assenta, igualmente, na dinamização das estruturas associativas empresariais nas regiões onde decorrem as provas, uma forma de garantir o maior envolvimento e participação das empresas, permitindo contribuir para a valorização dos recursos endógenos e dos territórios.

AEP Golf Business Cup é disputada por equipas de 2 jogadores, em representação de uma empresa, Associação Empresarial ou Câmara de Comércio.

As datas e os locais da realização dos Torneios foram:

- 20 de maio de 2023 -Oporto Golf Club, Espinho;
- 1 de julho de 2023 - Golfe de Amarante, Amarante;
- 15 de julho de 2023 - Montebelo Golf, Viseu;
- 23 de setembro de 2023 - Estela Golf Club, Póvoa de Varzim.

FUNDAÇÃO



AEP

Informação Institucional

D. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

D.1. Concessão do Restaurante

Neste ano foi continuado o novo enquadramento contratual da Concessão de Exploração do Restaurante da Fundação, decorridos os primeiros dez anos de exploração.

De acordo com a negociação efetuada, resultou um acordo para concessão de exploração por mais dois anos, renováveis, sob condição de ser garantida a renovação do espaço do restaurante e melhorado o serviço.

Com as novas condições de exploração, o concessionário efetivamente realizou obras de melhoramento no espaço do restaurante com benefício da sua clientela e prestígio da Fundação.

D.2 Procedimentos de Contratação Pública

Tendo em conta o estatuto de Entidade Adjudicante nos termos previstos no Código de Contratação Pública, foram realizados, em Plataforma de Compras Públicas, todos os procedimentos previstos para as adjudicações contempladas nos projetos co-financiados promovidos pela Fundação AEP.

D.3 Relações Associativas

O Centro Português de Fundações (CPF) é a instituição representativa do setor fundacional em Portugal.

O CPF é uma associação privada, reconhecida de utilidade pública, que reúne hoje mais de uma centena de fundações portuguesas, provenientes de todo o país, caracterizadas por diferentes origens, dimensões, finalidades e âmbitos de atuação.

A Fundação AEP tornou-se associada do CPF em 2011, estatuto que manteve em 2023.

E. RESULTADOS

A Fundação AEP encerrou o ano de 2023 com um resultado líquido de € 9.293 (nove mil, duzentos e noventa e três euros).

A Fundação AEP não tem quaisquer dívidas em mora perante a Administração Fiscal e a Segurança Social.

F. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado de 2023, no montante de € 9.293 (nove mil, duzentos e noventa e três euros), seja transferido para resultados transitados.

G. AGRADECIMENTOS

Queremos, por fim, dirigir uma palavra de apreço a todos os Fundadores, Curadores, aos membros do Conselho Fiscal e a todos os colaboradores que, ao longo deste ano de 2023, com o seu apoio e confiança, nos ajudaram na nossa missão.

Porto, 25 de março de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



LUÍS MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO
PRESIDENTE



MIGUEL PEDRO DUARTE PINTO

VOGAL



HENRIQUE FERREIRA VEIGA DE MACEDO
VOGAL



FERNANDO PAIVA DE CASTRO
VOGAL



SOFIA SALGADO PINTO
VOGAL

FUNDAÇÃO



AEP

CONTAS



H. CONTAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2023	31 Dezembro 2022
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	8	2 254 623	2 270 074
Activos intangíveis	7	390 452	376 816
Participações financeiras	9	1 005 332	995 957
<i>Ações Nexponor</i>		1 004 456	995 184
<i>Outros</i>		876	773
Total do ativo não corrente		<u>3 650 406</u>	<u>3 642 847</u>
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	10	56 025	56 248
Outros ativos correntes	6 e 10	308 117	501 953
Diferimentos	14	2 325	20
Caixa e depósitos bancários	4	20 622	60 907
Total do ativo corrente		<u>387 089</u>	<u>619 128</u>
Total do ativo		<u>4 037 495</u>	<u>4 261 975</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	3 900 000	3 900 000
Resultados transitados	11	(484 508)	(500 413)
Excedentes de revalorização de ativos	11	264 923	264 923
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	235 253	263 424
		<u>3 915 667</u>	<u>3 927 934</u>
Resultado líquido do período	11	9 293	15 904
Total do fundo de capital		<u>3 924 960</u>	<u>3 943 838</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	12	51 547	51 547
Total do passivo não corrente		<u>51 547</u>	<u>51 547</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	10	7 320	57 258
Estado e outros entes públicos	13	20 365	12 527
Outros passivos correntes	10	28 959	95 535
Diferimentos	14	4 345	101 270
Total do passivo corrente		<u>60 988</u>	<u>266 590</u>
Total do passivo		<u>112 535</u>	<u>318 137</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>4 037 495</u>	<u>4 261 975</u>

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	15	139 053	150 022
Subsídios, doações e legados à exploração	16	124 752	453 130
Subsídios		112 372	414 749
Legados à exploração		12 380	38 381
Trabalhos para a Própria Entidade	7	54 136	150 537
Fornecimentos e serviços externos	18	(256 909)	(591 203)
Gastos com o pessoal	19	(111 809)	(155 200)
Aumentos/(Reduções) de justo valor	9	9 272	43 077
Outros rendimentos e ganhos	17	150 545	18 996
Outros gastos e perdas		(35 645)	(1 956)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		73 395	67 403
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(62 951)	(50 932)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10 444	16 471
Juros e gastos similares suportados		-	(567)
Resultado antes de impostos		10 444	15 904
Imposto sobre o rendimento do período	20	(1 150)	-
Resultado líquido do período		9 293	15 904

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

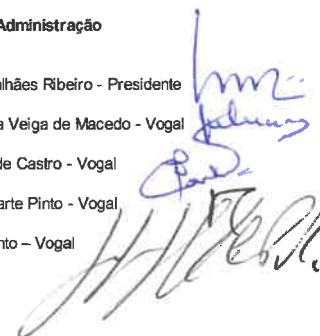
Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal



**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS PERÍODOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Montantes expressos em Euros)

2022							
	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2022		3 900 000	(501 979)	264 923	167 093	1 566	3 831 603
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	1 566		96 331	(1 566)	96 331
		<u>3 900 000</u>	<u>(500 413)</u>	<u>264 923</u>	<u>263 424</u>	<u>-</u>	<u>3 927 933</u>
Resultado líquido do período						15 904	15 904
Resultado integral						<u>15 904</u>	<u>3 943 838</u>
Operações com instituidores no período							
Fundos	11	-	-	-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Posição no fim do período 2022	11	<u>3 900 000</u>	<u>(500 413)</u>	<u>264 923</u>	<u>263 424</u>	<u>15 904</u>	<u>3 943 838</u>
2023							
	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2023	11	3 900 000	(500 413)	264 923	263 424	15 904	3 943 839
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	15 904		(28 171)	(15 904)	(28 171)
	11	<u>3 900 000</u>	<u>(484 508)</u>	<u>264 923</u>	<u>235 253</u>	<u>-</u>	<u>3 915 667</u>
Resultado líquido do período						9 293	9 293
Resultado integral						<u>9 293</u>	<u>3 924 961</u>
Posição no fim do período 2023	11	<u>3 900 000</u>	<u>(484 508)</u>	<u>264 923</u>	<u>235 253</u>	<u>9 293</u>	<u>3 924 960</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações de alterações nos fundos patrimoniais

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

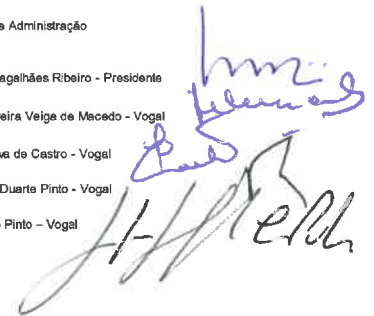
Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2023	2022	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes		331 298	162 203	
Pagamentos a fornecedores		(330 944)	(670 276)	
Pagamentos ao pessoal		(67 138)	(91 112)	
Caixa gerada pelas operações		(66 785)	(599 185)	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(345)	-	
Subsídios e donativos		140 920	747 769	
Outros recebimentos / pagamentos		(27 536)	(102 340)	
Fluxos das atividades operacionais [1]		46 255	46 244	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		(8 610)	(11 981)	
Activos intangíveis		(77 929)	(118 801)	
Outros activos		-	-	(131 763)
Recebimentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros		-	-	
Outros activos		-	-	
Fluxos das atividades de investimento [2]		(86 539)	(131 763)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-	75 000	
Outras operações de financiamento		-	50 000	125 000
Pagamentos provenientes de:				
Fundo Social				
Financiamentos obtidos		-	(75 000)	
Juros e rendimentos similares		-	(567)	
Dividendos		-	-	(75 587)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		-	49 433	
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(40 285)	(36 085)	
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	60 907		96 992
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	20 622		60 907

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

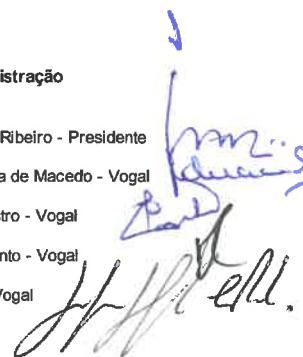
Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal



I. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 Designação da Entidade:

FUNDAÇÃO AEP

1.2 Sede:

Avenida da Boavista, 2671
4100-135 Porto

1.3 NIPC:

509 536 786

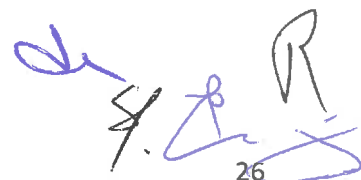
1.4 Natureza da atividade:

A Fundação AEP (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e tipo fundacional, sem fins lucrativos, com estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, conforme despacho nº 6420-A/2018 de 19 de Junho de 2018 e nos termos do Decreto-lei 460/77 de 7 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-lei 391/2007 de 13 de dezembro, tendo sido constituída em 19 de novembro de 2009, com sede no Porto, e iniciado a atividade a 01 de Setembro de 2010.

A Fundação tem como objetivo a realização, apoio e patrocínio de ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial; a difusão de conhecimento na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada pelo Aviso 8259/2015, do Sistema de Normalização Contabilística.



As demonstrações financeiras apresentadas tiveram em consideração os novos modelos preconizados pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euro, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

É do entendimento da Administração da Fundação que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as suas operações, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

A Fundação procedeu em 2017 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Esta alteração de política permite a atualização dos valores dos terrenos e edifícios aos valores de mercado.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Fundação espera incorrer.

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados de acordo com o modelo de revalorização.

Os ativos fixos tangíveis são divulgados deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 e correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Designação</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	100; 50; 20; 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os aumentos à quantia escriturada resultantes da revalorização estão creditados em excedentes de revalorização de AFT, nos capitais próprios da Fundação, e as respetivas reduções debitadas (resultantes das depreciações).

3.3- Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

<u>Designação</u>	<u>Anos</u>
Software Informático	10

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

3.4 – Investimentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e incluem as contas a receber e a pagar, caixa, depósitos bancários e financiamentos obtidos e concedidos.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e que não correspondam a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos nem a investimentos em associadas, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.



Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são avaliados quanto a imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios

significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos

Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Fundação não tem instrumentos compostos.

3.5 Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada através do método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

- Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber são calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal líquido de eventuais comissões, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Fundação não tem registada qualquer obrigação decorrente deste tipo de contratos.

- Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Fundação entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.6- Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:



- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente dos subsídios à exploração recebidos é reconhecido com referência à realização dos acontecimentos relacionados com a obtenção dos referidos subsídios.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Fundação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(b) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

(d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.8- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte estão relacionadas:

- a) Justo valor e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- b) Registo de provisões e perdas por imparidade;
- c) Reconhecimento custos e ganhos a pagar e/ou receber, diretamente associadas ao rédito

3.9- Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (eventos ajustáveis) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (eventos não ajustáveis) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Numerário	108	200
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	20 514	60 707
	20 622	60 907
	20 622	60 907

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Alteração de Políticas Contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às utilizadas no período anterior.

Handwritten signatures in blue ink:
 1. A large signature at the top right.
 2. A signature below it, possibly starting with 'R' and 'P'.
 3. A signature below that, possibly starting with 'S'.

Alteração em estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações relevantes em estimativas contabilísticas face às efetuadas no período anterior.

Correção de erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 não existiram correções de erros materiais de períodos anteriores.

6 PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas

Os termos e condições praticados nas operações da Fundação com as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que seriam praticados com entidades independentes.

As entidades relacionadas encontram-se caracterizadas abaixo:

AEP – Associação Empresarial de Portugal, com sede Avenida da Boavista, 2671 4100-135 Porto em Portugal, por via Estatutária.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Serviços prestados 2023
Entidades com controlo conjunto influência significativa	120 147
	<u>120 147</u>

Handwritten signature in blue ink at the bottom right.

	Serviços prestados 2022
Entidades com controlo conjunto influência significativa	50 000
	<u>50 000</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Em 2023, os 120.147 Euros de serviços prestados dizem essencialmente respeito a serviços faturados à AEP- Gestão e Participações, SA pela utilização do seu nome e imagem e suportados por contrato com a mesma (Nota 17).

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Fundação apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2023:

	2023	
	Contas a receber líquidas (Nota 10)	Contas a pagar correntes (Nota 10)
Entidades com controlo conjunto influência significativa	96 237	1 322
	<u>96 237</u>	<u>1 322</u>

2022:

	2022	
	Contas a receber líquidas (Nota 10)	Contas a pagar correntes (Nota 10)
Entidades com controlo conjunto influência significativa	127.889	50.250
	<u>127.889</u>	<u>50.250</u>

Em fevereiro de 2022, foi celebrado um contrato de mútuo entre a Fundação AEP e a entidade AEP- Gestão de Participações, SA, no valor de 50.000 euros, destinada à carência pontual de tesouraria da primeira, razão pelo qual estava no curto prazo (Nota 10). O referido valor foi liquidado no decurso do período 2023.

Handwritten signature in blue ink.

Em 2020 procedeu-se à alienação da participação no CESAE, pelo valor de 12.889 euros, à AEP, em resultado de um acordo celebrado entre a AEP e o CESAE, em sequência da transformação do CESAE num Centro Protocolar. Este valor permanece em dívida, pela AEP à Fundação AEP, a dezembro de 2023 (Nota 10).

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram registados quaisquer gastos com dívidas incobráveis e perdas por imparidade referentes a partes relacionadas.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2023		2022
	Outros Ativos	Outros Ativos	Total
	Intangíveis	Intangíveis em curso	
Ativos			
Saldo inicial	409 757	23 794	283 014
Aquisições	54 135	-	150 537
Transferências e abates	23 794	(23 794)	-
Saldo final	487 686	-	433 551
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	56 735	-	27 661
Amortizações do exercício	40 500	-	29 074
Saldo final	97 234	-	56 735
Ativos líquidos	390 452	-	376 816

Em 2021, foi concluído o Portal do investidor Diáspora, que visa reforçar o apoio ao regresso de portugueses e de lusodescendentes e apoiar o investimento da Diáspora em Portugal, no valor de 25.701 euros e o Portal Rotas Lusitanas Diáspora, que promove os estabelecimentos que comercializem produtos nacionais, incentivando outras empresas a comercializarem produtos e/ou marcas portuguesas, para atrair clientes junto das comunidades portuguesas, no valor de 25.701 euros, ambos alojados em www.redeglobal.pt.

Em 2022, concluíram-se os trabalhos do Portal Desafio 2030, no valor de 50.886 euros, que visa fomentar a colaboração e a transferência de conhecimento entre as entidades que compõem o Sistema Científico e Tecnológico Nacional através da ativação de ações estratégicas, e o Portal Business Intelligence, no valor de 75.857 euros, que é a maior rede social colaborativa dirigida à diáspora portuguesa, que liga as empresas nacionais às comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Em 2023 foram concluídos os trabalhos para o Portal Empreender 45-60, pelo valor de 77 929 euros e que em 2022 estava registado na rubrica "Outros ativos intangíveis em curso. Esta plataforma tem por objetivo identificar e analisar estratégias de emprego implementadas em países pertencentes à União Europeia,

direcionadas à população desempregada e qualificada, com idade superior a 45 anos, procurando identificar os principais drivers de sucesso.

Nos trabalhos de construção destas plataformas utilizaram-se recursos próprios e adquiridos para o efeito e estão refletidos na demonstração de resultados na rubrica “trabalhos para a própria empresa”.

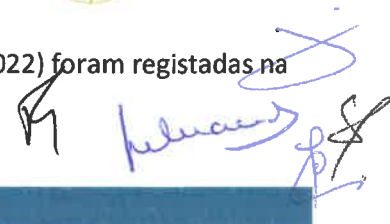
8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2023				
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	689 224	1 803 343	7 772	36 811	2 537 150
Aquisições	-	-	7 000	-	7 000
Saldo final	689 224	1 803 343	14 772	36 811	2 544 150
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		237 047	7 772	22 258	267 077
Amortizações do exercício	-	20 671	190	1 590	22 451
Saldo final		257 719	7 962	23 848	289 528
Ativos líquidos	689 224	1 545 624	6 810	12 963	2 254 623

	2022				
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	689.224	1.803.343	7.772	24.960	2.525.299
Aquisições	-	-	-	11.851	11.851
Saldo final	689.224	1.803.343	7.772	36.811	2.537.150
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	216.376	7.772	21.070	245.218
Amortizações do exercício	-	20.671	-	1.188	21.859
Saldo final		237.047	7.772	22.258	267.077
Ativos líquidos	689.224	1.566.296	0	14.554	2.270.074

As depreciações do exercício, no montante de 22.451 euros (21.859 euros em 2022) foram registadas na totalidade na rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e amortização”.



9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022 as participações financeiras da Fundação eram as seguintes:

	2023	2022
FGCT	876	773
NEXPONOR, SICAFI, S.A.	1 004 456	995 184
	<u>1 005 332</u>	<u>995 957</u>

O valor referente à Nexponor Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo Sicafi corresponde a títulos representativos de cerca de 2% do Fundo Imobiliário e que se encontram valorizados a 4,19 euros, de acordo com a proporção no seu capital próprio a 31 de dezembro de 2023.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, foi o seguinte:

	2023	2022
Participações financeiras		
Saldo inicial	995 957	952 580
Aumentos	103	300
Aumentos/(Reduções) de justo valor	9 272	43 077
Saldo final	<u>1 005 332</u>	<u>995 957</u>

A linha “aumentos/reduções de justo valor” no valor de 9.272 euros, positivos (43.077 euros, positivos em 2022), refere-se ao ajustamento dos títulos no Fundo Imobiliário a 31 de dezembro de 2023, tendo em consideração a variação do património daquele fundo no período.

10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de instrumentos financeiros (ativos e passivos) em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhadas conforme se segue:



ATIVOS FINANCEIROS	2023			2022		
	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Disponibilidades:						
Numerário (Nota 4)	108	-	108	200	-	200
Depósitos à ordem (Nota 4)	20 514	-	20 514	60 707	-	60 707
	<u>20 622</u>	<u>-</u>	<u>20 622</u>	<u>60 907</u>	<u>-</u>	<u>60 907</u>
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Créditos a receber	56 025		56 025	56 248		56 248
Outros ativos correntes (Nota 6)	308 117		308 117	501 953		501 953
	<u>364 142</u>	<u>-</u>	<u>364 142</u>	<u>558 201</u>	<u>-</u>	<u>558 201</u>
	<u>384 764</u>	<u>-</u>	<u>384 764</u>	<u>619 108</u>	<u>-</u>	<u>619 108</u>

PASSIVOS FINANCEIROS	2023	2022
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores (Nota 10)	7 320	57 258
Outras passivos correntes (Nota 10)	28 959	95 535
	<u>36 278</u>	<u>152 793</u>

10.2 Créditos a receber e outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica clientes apresentava a seguinte composição:

	2023			2022		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido:						
0-180 dias	56 025	-	56 025	56 248	-	56 248
	<u>56 025</u>	<u>-</u>	<u>56 025</u>	<u>56 248</u>	<u>-</u>	<u>56 248</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Outros ativos correntes" apresentavam a seguinte composição:

	2023			2022		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Devedores por acréscimo de rendimento (Nota 6)	53 689		53 689	171 785		171 785
Outras contas a receber (Nota 6)	254 428		254 428	330 168		330 168
	<u>308 117</u>	<u>-</u>	<u>308 117</u>	<u>501 953</u>	<u>-</u>	<u>501 953</u>

A rubrica de “Devedores por acréscimo de rendimento” respeita a subsídios já aprovados pelas entidades competentes, mas ainda não recebidos, para fazer face a custos já incorridos, no montante de 49.225 euros (112.099 euros em 31 de dezembro de 2022) e uma estimativa de receita no valor de 83 euros de serviços a faturar à AEP- Gestão e Participações, SA (50.000 euros para a divulgação da imagem do Grupo AEP e das suas participadas na Plataforma da Diáspora em 31 de dezembro de 2022).

A rubrica “Outras contas a receber” em 2023, engloba o valor que falta receber de subsídios no valor de 157.690 euros (250.111 euros em 31 de dezembro de 2022) (Nota 16), 12.889 euros referentes à alienação da participação no CESAE, à AEP, em resultado de um acordo celebrado entre a AEP e o CESAE, em sequência da transformação do CESAE num Centro Protocolar e 83.148 euros de serviços faturados à AEP- Gestão e Participações, SA pela utilização do seu nome e imagem e suportados por contratos com as mesmas (Nota 6) (65.000 euros pela divulgação da imagem do Grupo AEP e das suas participadas na Plataforma da Diáspora em 31 de dezembro de 2022).

10.3 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	7 320	57 258
	<u>7 320</u>	<u>57 258</u>

Os valores registados na rubrica de fornecedores, referem-se à execução dos projetos em curso, nomeadamente, Rede Global na Diáspora 2.0, Empreender 45-60 II, Empreender 2020 e Desafios 2030.

10.4 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro 2023 e 2022 a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimo de gastos	8 631	14 175
Outros credores	20 327	81 360
	<u>28 959</u>	<u>95 535</u>

A rubrica “Outros credores” em 2023 engloba:

- 8.024 euros referentes a cauções destinadas a garantir a celebração dos contratos que têm por objeto a aquisição de serviços de consultoria, empresariais diversos e afins, tendentes à execução do projeto “Rede Global da Diáspora 2.0” inserido no âmbito do Sistema de Apoio às Ações Coletivas do COMPETE2020;
- 10.982 euros referentes a caução destinada a garantir a celebração do contrato que tem por objeto a aquisição de serviços de consultoria no âmbito da execução do projeto “Empreender 45-60- estratégia Nacional de Apoio ao Empreendedorismo Sénior” inserido no âmbito do Sistema de Apoio às Ações Coletivas do COMPETE2020;



A rubrica “Outros credores” em 2022 engloba:

- 20.104 euros referentes a cauções destinadas a garantir a celebração dos contratos que têm por objeto a aquisição de serviços de consultoria, empresariais diversos e afins, tendentes à execução do projeto “Rede Global da Diáspora 2.0” inserido no âmbito do Sistema de Apoio às Ações Coletivas do COMPETE2020;
- 10.982 euros referentes a caução destinada a garantir a celebração do contrato que tem por objeto a aquisição de serviços de consultoria no âmbito da execução do projeto “Empreender 45-60- estratégia Nacional de Apoio ao Empreendedorismo Sénior” inserido no âmbito do Sistema de Apoio às Ações Coletivas do COMPETE2020;
- 50.000 euros referente a um contrato de mútuo celebrado com a AEP- Gestão de Participações, SA, destinado à cobertura de carência pontual de tesouraria da FAEP, cujo prazo de pagamento é inferior a um ano.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Credores por acréscimos de gastos” tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações a liquidar	6 909	13 528
Outros acréscimos de custos	1 723	647
	<u>8 631</u>	<u>14 175</u>

11 FUNDO PATRIMONIAL

Fundo social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Fundo Social da Fundação é de 3.900.000 euros e está totalmente subscrito e realizado.

Reservas Legais

A Fundação não está sujeita à obrigatoriedade de constituição de Reservas Legais dada a sua natureza jurídica. Os valores que compõem os fundos patrimoniais, exceto em caso de liquidação, em que a decisão compete ao Conselho de Curadores, não são distribuíveis aos associados, podendo apenas ser utilizados para a cobertura de prejuízos ou em investimentos em atividades que constituam o objeto da Fundação.

Resultados Transitados e Outras Variações dos Fundos Patrimoniais

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 os “Resultados transitados” e as “Outras Variações dos Fundos Patrimoniais” eram os seguintes:



	Resultados Transitados	Excedente de revalorização de ativos	Outras variações do capital próprio	Total
Quantia em 1-1-2022	(501 979)	264 923	167 093	(69 962)
<i>Aplicação do resultado de 2021</i>	1 566	-	-	1 566
<i>Reconhecimento de subsídio ao investimento (Nota 15)</i>	-	-	(19 061)	(19 061)
<i>Outras variações dos fundos patrimoniais</i>	-	-	115 392	115 392
Quantia em 31-12-2022	(500 413)	264 923	263 424	27 934
<i>Aplicação do resultado de 2022</i>	15 904	-	-	15 904
<i>Reconhecimento do subsídio ao investimento (Nota 15)</i>	-	-	(28 171)	(28 171)
<i>Outras variações dos fundos patrimoniais</i>	-	-	-	-
Quantia em 31-12-2023	(484 508)	264 923	235 253	15 667

O resultado positivo, no valor de 15.904 euros, de 31 de dezembro de 2022 foi transferido para resultados transitados.

A rubrica “Outras variações dos fundos patrimoniais” corresponde a subsídios aos investimentos, não reembolsáveis, para a construção do portal do investidor Diáspora, a uma plataforma de suporte à rede colaborativa alojada em www.redeglobal.pt, ao portal Desafios 2030, ao Portal Business Intelligence e ao portal Empreender 45-60. Estes subsídios são inicialmente reconhecidos nesta rubrica de fundo social, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados em função da depreciação dos ativos a que estão associados (Nota 7, 15 e 17).

12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A Fundação procedeu em 2017 à revalorização de todos os terrenos, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Em resultado da revalorização dos terrenos, os mesmos passaram a estar registados pelo montante de 689.224 euros, a sua nova base de custo, e gerado um incremento patrimonial de 263.180 euros e os correspondentes passivos por impostos diferidos de 51.547 euros naquela data.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Imposto s / Rendimento	-	1 150	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	727	-	1 606
Imposto sobre o valor acrescentado	-	16 568	-	7 680
Contribuições para a Segurança Social	-	1 919	-	3 242
Outros Impostos	-	-	-	-
	-	20 365	-	12 527

14 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Diferimentos ativos		
Outros gastos a reconhecer	2 325	20
	2 325	20
Diferimentos passivos		
Subsídios à exploração por executar	4 345	101 270
	4 345	101 270

Na rubrica “Subsídios à exploração por executar” estão registados os projetos acordados no âmbito do Compete 2020 e que se encontram por executar (Nota 16).

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Fundação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Prestação de serviços	139 053	150 022
Outros	275 297	515 203
	414 350	665 225

A prestação de serviços engloba encontros, conferências e debates ao almoço subordinados a vários temas relacionados com a área empresarial e aluguer das instalações da FAEP para eventos organizados por terceiros.



	2023	2022
Subsídios (Nota 16)	124 752	453 130
Aumentos/(Reduções) de justo valor (Nota 9)	-	43 077
Outros rendimentos e ganhos	30 398	18 996
Royalties (Nota 6, 10 e 17)	120 147	-
	<u>275 297</u>	<u>515 203</u>

Feliciano
R *P*

16 SUBSÍDIOS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 a Fundação beneficiou dos seguintes subsídios à exploração por parte do Governo, no âmbito do programa COMPETE:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:					
	3 443 592	3 259 059	181 307	112 372	3 318 893
	<u>3 443 592</u>	<u>3 259 059</u>	<u>181 307</u>	<u>112 372</u>	<u>3 318 893</u>

Também compõem a conta de subsídios os patrocínios recebidos no montante de 12.380 euros (38.381 euros em 2022).

17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Notas 11 e 15)	28 171	18 922
Royalties (Nota 6, 10 e 15)	120 147	-
Outros	2 227	74
	<u>150 545</u>	<u>18 996</u>

Em 2023 foram prestados serviços no valor de 120.147 Euros que dizem essencialmente respeito a serviços faturados à AEP- Gestão e Participações, SA pela utilização do seu nome e imagem e suportados por contrato com a mesma (Nota 6).

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

[Handwritten signature]

	2023	2022
Subcontratos	184 234	522 598
Electricidade	4 660	6 749
Água	7 975	4 789
Material de escritório	193	921
Conservação e reparação	5 838	6 808
Comunicação	2 077	1 933
Vigilância e segurança	27 408	27 546
Trabalhos especializados	4 205	4 978
Honorários	-	356
Seguros	2 253	2 183
Limpeza, higiene e conforto	5 284	4 911
Outros fornecimentos e serviços	12 783	7 432
	<u>256 909</u>	<u>591 203</u>

Seleção

✓

✓

✓

Em 2022 os dispêndios registados na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos- subcontratos” devem-se, sobretudo, a montantes incorridos em atividade subsidiada, no âmbito do programa COMPETE e na construção do Portal Desafios 2030, do Portal Portal Business Intelligence e do Portal Empreender 45-60.

Em 2023 os dispêndios registados na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos- subcontratos” devem-se, sobretudo, a montantes incorridos no Golf Business Cup, em atividade subsidiada, no âmbito do programa COMPETE e na Plataforma Diáspora 2.0, na Rede Global da Diáspora 2.0 e do Portal Empreender 45-60.

19 GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Remunerações do pessoal	91 342	126 692
Encargos sobre remunerações	18 676	26 327
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	375	539
Outros	1 415	1 642
	<u>111 809</u>	<u>155 200</u>

Não existem quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos relativamente aos órgãos sociais.

O número médio de colaboradores de 2023 e 2022 foi de 2 e 4, respetivamente.

20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e, nos termos do art.º 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, dado o seu estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, é-lhe concedida isenção para todos os rendimentos, exceto comerciais, industriais ou de capitais.

✓

A FAEP é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, cuja soma algébrica corresponde ao Rendimento global. Os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários são rendimentos não sujeitos a IRC, pelo que não devem ser relevados nem na declaração modelo 22 nem no anexo D da declaração modelo 22, por não serem rendimentos sujeitos ou isentos.

A matéria coletável obtém-se pela dedução ao rendimento global, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, determinados nos termos do artigo 53.º do CIRC, dos gastos comuns e outros imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos, nos termos do artigo 54.º CIRC e de benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções naquele rendimento.

A taxa a aplicar, aos rendimentos sujeitos e não isentos de IRC, é de 21%, conforme o n.º 5 do artigo 87.º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2023 a estimativa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas ascendia a 1.150 euros, (0,00 Euros em 2022), determinada conforme legislação em vigor.

	2023	2022
Resultado antes de imposto	10 444	15 904
Gasto com impostos sobre o rendimento	(1 150)	-

21 CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

Não existem passivos contingentes no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 25 de março de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a parecer do Conselho de Curadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira de Carvalho



O Conselho de Administração

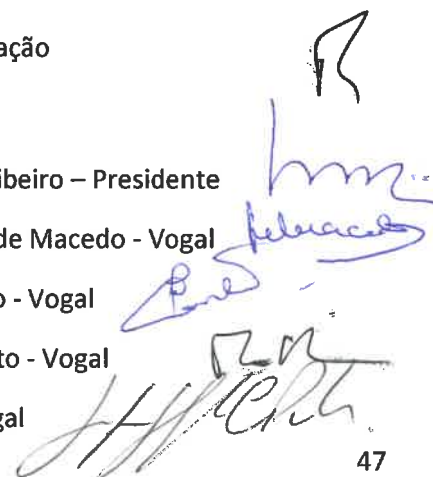
Luis Miguel Magalhães Ribeiro – Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto – Vogal



FUNDAÇÃO



AEP